

## **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**

**Sérgio Roberto Moraes Corrêa**

Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG)

Professor do Depart<sup>o</sup>. de Educação Especializada da Universidade do Estado do Pará

Endereço Profissional: Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Departamento de Educação Especializada, Rua do Una,s/n<sup>o</sup>, Djalma Dutra, Bairro do Telegrafo, BELÉM, Pará, Brasil

Telefone: (91) 4009-9516

Endereço eletrônico: sergiorcm2001@yahoo.com.br

### **Resumo**

Esse artigo constitui, de forma resumida, o capítulo I de minha pesquisa de mestrado, intitulada: “*Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural na Amazônia: uma leitura a partir da Pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragem*”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB), defendida em julho de 2007. Nesse texto, teço e entrelaço alguns fios acerca da origem do MAB, para demarcar um divisor de águas na história da sociedade brasileira, identificando novos sujeitos, novas demandas e temas, que passam a impulsionar a reconfiguração de novas contradições e conflitos na dinâmica socioespacial deste país e da Amazônia, particularmente, em torno do desenvolvimento e da educação do campo. Para tanto, delimito esse breve percurso e navegar histórico no município de Tucuruí, no Estado do Pará, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT).

**Palavras-chave:** MAB, Amazônia, Desenvolvimento, Educação e Campo.

### **Resumen**

## **El Movimiento de los Afectados por Represas em la Amazonia: um movimiento popular nacente de “vidas inundadas”**

Ese artículo se constituye, de forma resumida, en el capítulo de mi investigación del curso de Máster cuyo título es Educación Popular del Campo y Desarrollo Territorial Rural en la Amazonia: una lectura a partir de la Pedagogía del Movimiento de los Afectados por la Represa, realizada en el Programa de Post grado en Educación de la Universidad Federal de Paraíba (PPGE-UFPB), defendida en julio de 2007. En ese texto, he entrelazado algunos hilos sobre el origen del MAB, para limitar un divisor de aguas en la historia de la sociedad brasileña, identificando nuevos sujetos, nuevas demandas y temas, que pasan a promover la reconfiguración de nuevas contradicciones y conflictos en la dinámica socio espacial de este país y la Amazonia, particularmente en torno al desarrollo y la educación del campo. Para ello, delimito ese breve recorrido y navegar histórico en el municipio de Tucuruí, en el Estado de Pará, a partir de la construcción de la Planta Hidroeléctrica de Tucuruí (UHT).

**Palabras Clave:** MAB – Amazônia – Desarrollo – Educación y Campo.

### **Summary**

## **The Movement of the Affected by Dams in the Amazonia: a nascent popular movement of “flooded lives”**

This article is constituted, of summarized form, the chapter I of my master research, titled: “*Popular education of the field and rural territorial development in the Amazonia: a reading from the pedagogy of the movement of the affected by dams*”, realized in the program of

postgraduation in education of the federal university from Paraíba (PPGE-UFPB), It was defended in 2007 July. In this text, I weave and I intertwine some threads about the origin of the MAB, in order to demarcate a divisor of waters in the history of the Brazilian society, identifying new subjects, new demands and themes, that pass to stimulate the reconfiguration of new contradictions and conflicts in the social and spatial dynamic of this country and the Amazonia, in particular around the development and of the education of the field. For this, I delimit this short journey and historical sail in the town of Tucuruí , in the State of Pará , from the construction of the Hydroelectric Power Station of Tucuruí (UHT).

**Keywords:** MAB; Amazonia; Development; Education and Field.

*(...) A lembrança que eu tenho, hoje, é só tristeza e mágoa, a saudade do passado, sei que o tempo não apaga, porque o que eu mais gostava hoje está de baixo d'água, vou lutar por minha terra, que furnas danificou, junto com meus companheiros, irei seja aonde for, quero outra terra igual a que ela nos tirou, queremos toda justiça no processo que parou (...).*

(Antônio José - MAB)

## Introdução

Sem a pretenciosidade de querer dar conta da história do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) nesse texto, até porque essa pesquisa não teve tal propósito, teço e entrelaço alguns fios acerca da origem desse Movimento para demarcar um divisor de águas, a partir da emergência do MAB na sociedade brasileira, identificando novos sujeitos, novas demandas e temas, que passam a impulsionar a reconfiguração de novas contradições e conflitos na dinâmica socioespacial deste país e da Amazônia, particularmente em torno do desenvolvimento e da educação do campo. Para tanto, delimito esse breve percurso e navegar histórico no município de Tucuruí, no Estado do Pará, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), que assume como “Grande Projeto”, um caráter fundamentalmente contraditório dentro da política desenvolvimentista do regime militar, que incluía a exclusão e empobrecimento de certos setores da sociedade e o uso degradante dos recursos naturais, para gerar crescimento econômico, progresso e modernidade para a sociedade e para a região amazônica, especificamente. É, no entanto, como consequência e resultante dessas contradições, que emerge, de “vidas inundadas”, o movimento popular dos atingidos por barragem, “de baixo”, de “peixes pequenos”, para “resistir e r-existir” à lógica predadora dos “grandes tubarões”.

## A política de modernização conservadora do regime autoritário: um desenvolvimento às avessas social e ambientalmente

Em meados dos anos 70, o mundo, ainda, se encontrava efervescido no calor da guerra fria, na qual os blocos capitalista e socialista disputavam fronteiras dos continentes e das nações para expandir seus projetos de sociedade. A América Latina, ao mesmo tempo em que vivia a experiência de revoluções de corte socialista em alguns países, passava, predominantemente a ser varrida por uma onda de golpes militares, que implantavam regimes ditatoriais de direita.

Parece, todavia, que esse contencioso e belicoso teatro latino-americano, em parte, não seguiu a tese enunciada pelo “breve século” de Eric Hobsbawm (1995), uma vez que parecia, para nós, um retorno a outros pesadelos de nossa trágica e forte história de autoritarismo. Foi uma “Era dos Extremos” com requintes de retorno ao trágico tempo histórico de barbárie que não acabou.

Nesse enredo contraditório e conflituoso, a sociedade brasileira vivia e experienciava a trama de um dos momentos mais sombrios e tenebrosos de sua história: a ditadura militar (1964-1985) (CHIAVENATO, 1994). Censura, perseguições, torturas e mortes conflitavam e contradiziam com o discurso do regime militar da modernidade e do progresso, isto é, do “Brasil Grande ou Potência” (Gonçalves, 2005), que, no afã de se integrar (ou melhor, se subjugar) à economia mundial sob a égide do capitalismo urbano-industrial nascente e da modernização agrícola via revolução verde, não levou em consideração as possíveis conseqüências perversas de tal empreendimento geopolítico-econômico, cultural, científico-tecnológico desenvolvimentista.

A teoria clássica desenvolvimentista, assentada na racionalidade moderna, que promete e faz emergir, a partir da razão humana, a força de toda e qualquer felicidade do homem, com base no crescimento econômico e no domínio da natureza, é a mesma que o fragmenta, coloca-o em crise, assim como, a crise social, moral, ambiental e teórica (BRITO e RIBEIRO, 2002).

Desta feita, é bem melhor enveredar pela análise de que, para esse regime autoritário, *os fins justificavam os meios* na sua forma mais perversa e cruel, que excluía a ética *na* e *da* política, da coisa pública, da economia, da ciência e da tecnologia, alijando do processo grande parte da sociedade e sufocando bruta e os que resistiam ao seu projeto modernizante *hegemônico*, instaurando, assim, o *terror* e o *medo* na sociedade (ESPINOSA *apud* CHAUI, 1982).

Isso, com vista, a impor seu atroz modelo de governar e de desenvolvimento para a sociedade, concentrando e conservando nas mãos e na cabeça de uma minoria o poder de dar continuidade a uma lógica colonialista de crescer e desenvolver para poucos internamente, mas, sobretudo, voltado para atender os interesses de fora, externos, desenhando e ordenando, por conseguinte, um quadro territorial sócio-ambiental brasileiro de ampliação e de intensificação da exclusão, da desigualdade social e da degradação dos recursos naturais.

Aqui, é digna de citação a crítica que a filósofa Marilena Chauí faz a essa idéia de *progresso tecnológico* e modernidade conservadora mercantil.

Vivemos num mundo dominado por aquilo que a ideologia dominante convencionou designar como “progresso tecnológico”. Resultado da exploração física e psíquica de milhões de homens, mulheres e crianças, da domesticação de seus corpos e espíritos por um processo de trabalho fragmentado e desprovido de sentido, da redução de sujeitos à condição de objetos sócio-econômicos, manipuláveis politicamente pelas estruturas da organização burocrático-administrativa, o “progresso” seqüestra a identidade pessoal, a responsabilidade social, a direção política e o direito à produção da cultura por todos os não-dominantes. (CHAUI, 1982, p. 56).

E Otávio Paz (*apud* CHAUI 1982, p. 57) arremata, argüindo: “o progresso povoou a história com as maravilhas e os monstros da técnica, mas desabitou a vida dos homens. Deu-lhes mais coisas, mas não lhes deu mais ser”.

Sob esse discurso do elogio e do ufanismo da modernidade e do progresso, à luz da racionalidade urbano-industrial capitalista, o governo militar ancorava-se num modelo de desenvolvimento que avançava e reforçava esse ideário do *Brasil Grande*, por meio da *Integração Nacional*, sustentado e justificado pela ideologia da *Segurança Nacional*, haja vista a expansão do bloco socialista para o continente Latino-Americano, que representava tanto para os gestores territoriais militares e civis, mas, sobretudo, para os Estados Unidos, financiadores desses regimes ditatoriais, ameaça ao território brasileiro, às suas fronteiras territoriais e ao modelo capitalista nascente.

Nesse rearranjo, com base nesse ideário, os Grandes Projetos se estendem pelo território nacional, constituindo-se num conjunto articulado, articulador e estratégico, para dar corpo no que veio a se materializar como um modelo de desenvolvimento de modernização conservadora, que passava a reconfigurar a organização socioespacial das

relações sociais de produção e simbólico-culturais no país, particularmente na Amazônia, gestando novas formas de apropriação, domínio, controle e significação do território (GONÇALVES, 2005; BECKER, 1998).

Aqui apresento, sinteticamente, algumas características desse **modelo de desenvolvimento de modernização conservadora**, que marcou essa época e de onde emerge, contraditoriamente, o que viria a ser o MAB.

- Esse modelo de desenvolvimento de modernização conservadora estruturou-se e organizou-se com base num macro-planejamento político, que expressou a estratégia geopolítica econômica, cultural e ambiental da elite brasileira e internacional para integração da sociedade brasileira, particularmente da Amazônia, ao modelo de modernização e progresso do grande capital.
- Esse macro-planejamento político foi formulado, definido e implementado, de forma autoritária, unilateral e seletiva, por gestores territoriais militares e civis, com a participação estratégica financeira e intelectual de organismos internacionais multilaterais, ligados ao grande capital. Nesse projeto, definiram-se as diretrizes político-econômicas, que esboçaram os grandes projetos a serem engendrados pelo Estado brasileiro via *pólos de crescimento*, que propiciassem a interligação entre os circuitos nacionais e internacionais e, assim, o fluxo financeiro e de mercadorias (BECKER, 1999).
- Esse macro-planejamento político do regime militar-civil atendeu, principal e exclusivamente, os interesses do projeto urbano-industrial do setor do grande capital nacional e inter/trans/multinacional e do projeto de modernização da agropecuária brasileira, que promoveu a expansão da fronteira agropecuária para Amazônia sob o regime de grandes propriedades fundiárias, levando à intensificação e expansão da concentração fundiária, dos conflitos agrários, da destruição ambiental e da precarização do trabalho (desemprego e trabalho escravo) e das condições de vida das populações locais e migrantes pobres (FERNANDES, 2001). Essa modernização da agricultura inicia-se e situa-se no bojo da “revolução verde” (1950-1960), que explicita o “modelo de desenvolvimento rural” desse período e pelo “modelo de desenvolvimento rural integrado” (1970-1980), que procura “corrigir as distorções criadas pela Revolução Verde. Contudo, não se trata de nenhuma mudança substancial, mas de estender a Revolução Verde para os pequenos proprietários” (MONTENEGRO GOMES, 2006, p. 04).
- Esse modelo desenvolvimentista, pela sua natureza exclusivista, hierárquica e classista, para implantação de grandes empreendimentos (estradas, rodovias, ferrovias, barragens, extração e produção mineral, madeireira, agrícola e pecuarista, etc.), não levou em conta as demandas e necessidades locais do campo e da cidade, seus modos de existir, seus saberes, suas identidades culturais, a bio-sociocultural diversidade que traçam a paisagem de múltiplos territórios da sociedade brasileira e amazônica. Esse modelo, ainda que se apresentasse, ideologicamente, como universal, na sua essência, ele era fundamentalmente particular e excludente, um contradesevolvimento social (MARTINS, 2002).
- Se a hegemonia desse projeto de desenvolvimento era construída e legitimada, sobretudo, pela força, coerção, não se pode, contudo, desconsiderar, também, o vigor da sua geopolítica cultural colonialista para construir um consenso em torno de tal projeto. O movimento político cultural anti-comunista se espacializava na busca de territorializar as fronteiras do capitalismo imperialista. Os grandes meios de comunicação que compunham o bloco dominante assumem papel preponderante para legitimar esse regime autoritário (CHIAVENATO, 1994). Aqui, é importante destacar o papel de sua política educacional, que ajudou, decisivamente na conformação de uma nova subjetividade, um padrão de valores, de regras e normas, para conduzir e enraizar o pensar, o agir e o sentir na sociedade. Isso implicava tanto respaldar e fortalecer tal modelo e expansão imperialista, como controlar social e

politicamente os movimentos resistentes, asfixiando-os e esvaziando-os, para evitar qualquer movimento de subversão ou “desordem”<sup>1</sup>.

Esse movimento político-cultural de convencimento manifestou-se, também, por meio do impressionismo simbólico-cultural que os grandes empreendimentos carregavam consigo, representando o suposto novo “eldorado”, progresso, crescimento, modernidade e civilização da nação brasileira. Por exemplo, um desses grandes projetos foi a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, da qual tratarei mais à frente de maneira detalhada.

Esse mega-projeto não ocupou somente um território do ponto de vista físico, material para potencializar e fomentar novas relações de produção na região amazônica. Ele produziu e ocupou um território do ponto de vista, também, simbólico-cultural, a fim de espacializar e territorializar o capitalismo nascente e vigente. Ele carregou consigo a idéia fabricada de progresso e de desenvolvimento para a região, para o Pará e, particularmente, para Tucuruí, com objetivo de justificar, concomitantemente, esse padrão e lógica de produção, ajudando, por conseguinte, a fabricar e a moldar o indivíduo, a sua subjetividade e a sua identidade de acordo com o padrão dominante de sociedade. Não foi por acaso que Tucuruí foi cunhada com a denominação, como retrata o Caboclo, integrante do MAB, de “Cidade das Luzes”, que é descrita não somente pela luz no seu sentido literal, mas, sobretudo, simbólico, representando progresso e desenvolvimento, no entanto, com as populações rurais, adverte ele, “na margem do lago da barragem sem energia, sem luz”, à margem e vitimizadas pelo progresso de um desenvolvimento que não desenvolve.

- Esse modelo provocou a desestruturação dos modos de vida e trabalho das populações do campo, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pequenos (as) trabalhadores (as) familiares rurais, extrativistas etc., combinando e confluindo, com isso, para a “precarização do território” e desenraizamento cultural dessas populações (GONÇALVES, 2005).
- Esse modelo acelerou vertiginosamente a expansão urbana no país, principalmente na região amazônica, incentivando e forçando à migração, ao êxodo rural, ao mesmo tempo em que provocou uma ocupação desordenada do espaço urbano, gerando inúmeros problemas sócio-ambientais, gestando favelas, com isso, *apartheids* socioespaciais.
- Para levar acabo seu afã de progresso, crescimento econômico e modernidade, esse modelo causou impactos ecológicos grandiosos, produzindo uma autêntica “saga ecológica” (BOFF, 2004).
- Esse modelo de desenvolvimento conservador primou, exclusivamente, pelo crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento sócio-ambiental. Isso implicava a justificativa e o reforço da dualidade e do hiato do paradigma desenvolvimentista hegemônico entre econômico versus social e versus ambiental. Se de um lado esse discurso hegemônico sustentava a tese de que tinha que fazer o “bolo crescer, para depois dividir”, do outro, imprimia no imaginário social da sociedade que a floresta era um “obstáculo ao progresso”, reforçando, portanto, a lógica do domínio pelo homem da natureza como pressuposto fundante da “razão instrumental” (GONÇALVES, 2005). Como explica o ilustre Celso Furtado,

(...) a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1974, p. 75).

<sup>1</sup> Na reforma educacional implementada pelo governo militar, são inseridas no currículo escolar as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, que tinham como objetivo ideológico legitimar e justificar o *status quo* vigente (CHAUI, 1982). O MOBRL se insere aí.

- Esse modelo gerou um crescimento econômico concentrado e desigual, aumentando a concentração de riqueza e da renda nas mãos de uma minoria nacional e global, expandindo, por conseguinte, a geografia da exclusão e das desigualdades sociais e culturais, políticas e econômicas na sociedade brasileira, além dos grandes impactos ambientais. Talvez, como explica Josué de Castro (2006), um dos maiores equívocos da teoria clássica desenvolvimentista tenha sido associar diretamente crescimento ao desenvolvimento e dissociar desenvolvimento da qualidade de vida, do social, do cultural, do político, do ético e do ecológico.
- Esse modelo é, portanto, a marca da “modernização às avessas” (LOREIRO, 2001). Ele gera e produz uma ampla e complexa rede de infra-estrutura, transporte, comunicação, informação, urbanização para usufruto e benefício de poucos, especialmente para os de fora, imprimindo ao rural, sobretudo a suas populações marginais, a imagem do atraso, do primitivismo, do tradicional em oposição ao moderno (urbano), presas à corrente do “desencanto” weberiano (2004). A histórica promiscuidade entre público e privado se perpetua, ao passo que, grande parcela da sociedade, padece da falta e da ineficiência das políticas públicas que assegurem os direitos elementares e básicos ao ser humano e à sociedade.

É importante considerar, entretanto, que esse modelo de desenvolvimento não se deu sem resistência. Movimentos sociais e organizações populares do campo e da cidade lutaram e resistiram contra o regime militar ditatorial e sua política desenvolvimentista, demarcando, assim, um campo contra-hegemônico de “r-existência” que emergia dos “de baixo”, como foi o caso do MAB, que apresento e problematizo a seguir.

### **As grandes hidrelétricas e as raízes organizativas populares do MAB no Brasil**

Um desses mega-projetos reside na construção de grandes barragens, Usinas Hidrelétricas, que vão se constituir na matriz do modelo energético brasileiro, para atender aos interesses, principalmente das empresas eletrointensivas<sup>2</sup> do grande capital nacional e, principalmente, inter e transnacional, que passavam a inscrever novas formas de uso e significação do território nacional e dos recursos naturais, no caso em questão, sobretudo, da água, por meio do potencial energético dos rios, a fim de levar a cabo esse projeto desenvolvimentista conservador.

O modelo energético baseado na produção de energia hídrica significa 20% de toda energia produzida no mundo. Esta forma de produção de energia já expulsou de suas terras de 40 a 80 milhões de pessoas no mundo. No Brasil 92% da energia produzida vêm da fonte hídrica, já tendo expulsado mais de um milhão de pessoas de suas terras. (MAB).

Para construção dessas barragens, nesse período, por exemplo, conforme Documento da CPI das Barragens, foram inundados milhões e milhões de hectares de terras e florestas, sacrificando e precarizando muitos povos e grupos sociais históricos do campo (Indígenas, Afrodescendentes - comunidades remanescentes de quilombos - meeiros, trabalhadores (as) rurais, ribeirinhos, camponeses etc.) que foram remanejados para outras áreas, na realidade, expulsos e expropriados de suas terras, colocando em cheque seus modos de vida, suas atividades próprias e seculares de produzir sua existência individual e coletiva, material e simbólica.

Além da desestruturação e do aumento da exclusão dessas populações, esse modelo energético e de desenvolvimento provocou e vem provocando sérios impactos

<sup>2</sup> Essa é a chamada indústria pesada: Indústrias de Cimento, Siderúrgica (Aço), Metalurgia (Ferro-ligas, Alumínio), Química, Papel e Celulose. Ela se constitui na maior consumidora de energia, 48,4%. Estas indústrias têm como características serem grandes consumidoras de energia.

ambientais, sacrificando, reduzindo e colocando em risco toda uma rica diversidade biológica entre fauna e flora e, por conseguinte, a sustentabilidade dos ecossistemas.

Com o efeito da intensificação da falta de condições básicas de produção e reprodução de vida e trabalho dessas populações remanejadas, ocorre um aumento explosivo populacional, principalmente em cidades adjacentes a esses projetos, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Todavia, essas populações, já excluídas do campo, frustram-se com a falta de oportunidades e de condições de vida e trabalho nos centros urbanos dessas cidades, passando a aumentar, então, o grosso dos excluídos e das excluídas.

Essa situação se desdobra, então, na “ocupação desordenada” dessas cidades, levando-as ao processo de “favelização”, de aumento da miséria, da violência etc, o que vai requerer maior investimento do Estado em políticas sociais, coisa que, quando acontece, reduz-se a política assistencialista, contingencial e populista, ocasionando, por conseguinte, maior exclusão e desigualdade social, ampliando, nesses centros urbanos, a existência de bolsões de miséria e de “segregação social” (apartheid).

Isso é parte do resultado desse modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro autoritário, do qual essa matriz energética é parte integrante, que segue uma lógica tanto exógena (atender, principalmente, os interesses econômicos do capital internacional) (GONÇALVES, 2005; CASTRO, 1999), quanto urbanocêntrica, representada pela modernização conservadora da época, que exclui o campo de suas populações sem poder político-econômico e cultural. Isso quer dizer que não é qualquer território do campo que é excluído, como o dos grandes proprietários de grãos, de fazendas, das madeireiras, que passaram somente a estender e ampliar seus domínios territoriais tutelados e beneficiados por esse Estado autoritário, mas, sim, o território do campo dos grupos e classe sociais excluídos.

É na trama desse enredo, mais precisamente no início dos anos 70 do século XX, que se encontram as raízes históricas do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB), que emerge “a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens” (MAB, 2005, p. 09). Três foram, segundo registros da história do MAB, os focos principais de resistência, organização e luta que podem ser considerados como o berço do que viria a ser o Movimento mais tarde:

**Primeiro na região Nordeste**, no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no Rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaparica foi palco de muita luta e de mobilização popular. **Segundo no Sul**, quase que simultaneamente, em 1978, ocorre o início da construção da UHE de Itaipu na bacia do Rio Paraná, e é anunciada a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região. **Terceiro na região Norte**, no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos frente à construção da UHE de Tucuruí (2002, p. 06).

Na região Nordeste, nos anos 70, no Vale do Rio São Francisco, mais conhecido, cantado e poetizado como “Velho Chico”, as barragens de Moxotó e Sobradinho foram, segundo registros da história de luta e de organização do MAB (PARTE I), feitas sem qualquer consideração para os problemas sociais. Entre Pernambuco e Bahia, no final dos anos 70, no médio do Velho Chico, com a construção da barragem de Itaparica, foi inundada uma área de 834 km<sup>2</sup> e foram expulsas e expropriadas 40.000 pessoas.

Nesse período, “lideranças de sindicatos rurais começaram a promover reuniões nos municípios, invocando a trágica situação dos atingidos”. Essa organização e mobilização nascente dos atingidos e atingidas, nessa região, por essas barragens concentrou suas reivindicações nas seguintes questões: “terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias”. Essa organização e mobilização passou a se estruturar e se tornar mais forte com a constituição de uma “coalizão sindical, sob o nome

de Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco”, que se deu, em 1979, a partir de uma primeira concentração de trabalhadores rurais em Petrolândia, Pernambuco. Em 1980, também em Petrolândia-PE, ocorre a segunda concentração, reunindo mais de 5.000 pessoas (MAB, PARTE I).

Numa demonstração de avanço e maior capacidade organizativa, esses sindicatos, em 1984, conforme registra esse Documento, com apoio de técnicos, elaboram um documento – Diretrizes Básicas para o Reassentamento – no qual reforçam as reivindicações anteriores e introduzem novas questões: “lotes de 25 hectares dos quais 6 irrigados, irrigação por aspersão, administração de projetos pelos trabalhadores, melhor escolha das terras, estradas”. No entanto, como a CHESF só conversava, não dando respostas concretas às reivindicações dos sindicatos e não cumprindo os prazos acordados, o movimento nascente dessa região se ampliou e radicalizou, promovendo ocupações com apoio de vários setores da sociedade civil e do poder público.

Na região Sul, na Bacia do Rio Uruguai, o projeto energético, via Plano 2010 da Eletrobrás, “projetava a construção de 23 barragens, que expulsariam 200.000 pessoas nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina”. Nessa região, reside uma questão particular: “pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se mobilizar e organizar antes do início da obra” (MAB, PARTE I).

A organização e luta de resistência no Alto Uruguai, de um lado, seguiram um caminho parecido com o de Itaipu: ação de religiosos e militantes da CPT na mobilização, presença dos sindicatos de trabalhadores rurais, importância fundamental da informação, organização dos atingidos nas comunidades e municípios. (MAB, PARTE I)

Em Santa Catarina, mais precisamente em Concórdia, 350 agricultores criaram, em 1979, a “Comissão Regional de Barragens”, cujo objetivo era “obter junto a ELETROSUL maiores informações sobre o projeto e divulgá-las amplamente, advertindo os atingidos acerca da ameaça que pairava sobre suas vidas” (MAB, PARTE I). Com a criação dessa Comissão, podê-se, aos poucos, promover ações de organização e mobilização com vista a cobrir a área projetada da região para construção de novas barragens, o que implicava uma maior resistência.

No decorrer dessa caminhada, em fevereiro de 1983, em Carlos Gomes, considerado o distrito mais vigoroso no combate às barragens de Machadinho, 20 mil pessoas se juntaram e mobilizaram para participar da “Romaria da Terra”, que tinha como tema central “Águas para vida, não para morte”. Esse é um dos temas geradores do MAB, que se transformou em “palavra-de-ordem” do movimento, inclusive, em nível mundial na luta contra as barragens.

Em 1985, é realizado um abaixo-assinado, que traz como questão de fundo “Não às Barragens”. Através da Comissão Regional de Barragens, esse documento consegue um milhão de assinaturas, que foi entregue ao poder público federal na representação do Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários. Num primeiro momento, essa Comissão centrou suas reivindicações em “indenizações justas e terra por terra”, mas a partir dessas organizações e manifestações mais ampliadas consciente e politicamente, a luta se deu contra a construção das barragens: Terras Sim, Barragens Não, palavra-de-ordem que passa a dar força e identidade ao que viria ser o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, PARTE I).

## **A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) como mais um “Cavalo de Tróia” na Amazônia: a saga dos povos e da natureza**

Ao chegar ao contexto da região amazônica, é importante considerar, mesmo que resumidamente, o papel estratégico que essa região assume para a implantação e



condução desse modelo de desenvolvimento de modernização conservadora e a trama que ela assume nesse cenário geopolítico, cultural e econômico mundial.

Primeiro vale lembrar que, nessa região, durante o governo de Getúlio Vargas (ALVES FILHO, 1999) e, posteriormente o governo de JK, ambos já ensaiavam a integração da Amazônia ao eixo central de desenvolvimento do Brasil (o Sudeste) com o objetivo de realizar a desigual e predatória política de integração nacional, que reforçava a condição de colônia dessa região como mero espaço de exploração e expropriação das populações locais, da exploração e exportação das suas riquezas naturais e de fornecimento de matéria prima para abastecer e desenvolver aquele centro urbano-industrial nascente, símbolo da entrada no progresso e na modernidade do capitalismo, além da sua inserção na política internacional.<sup>3</sup>

O governo militar, assentado no discurso ideológico tanto da modernização e desenvolvimento da nação brasileira, quanto da segurança nacional, cria o caminho justificável para avançar na política de integração nacional sobre a Amazônia em meados da década de 60. Ele a insere como espaço geopolítico e econômico estratégico, para levar avante esse modelo de desenvolvimento autoritário, com base no “grande capital”, e salvar o território nacional do “risco separatista”, haja vista o avanço do bloco socialista no continente e as forças sociais de resistência de esquerda no país, no campo e na cidade (ALVES FILHO, 1999).<sup>4</sup>

Como estratégia, são elaboradas frases de efeito nacionalistas cuja finalidade era construir um imaginário consensual entorno desse projeto desenvolvimentista e legitimar o regime vigente. Frases como: “Integrar para não entregar”; “Homens sem terra para terra sem homens”. Reconstruía-se e fortalecia-se o conjunto de mitos no imaginário social da sociedade, já criados sobre a região, como: “Vazio demográfico”; “Pulmão do Mundo” (FILHO, 1999; GONÇALVES, 2005).

Em face dessas condições, de forma burocratizada, autoritária e articulada com o grande capital, gesta-se em gabinetes e escritórios multinacionais o conjunto de “Grandes Projetos” ou os “Projetos Faraônicos” que foram impostos sobre a região amazônica (FILHO, 1999; GONÇALVES, 2005). Dentre estes, amplia-se e intensifica-se a criação de redes e eixos rodo-ferroviários, rasgando imensas florestas, tendo em vista promover tal integração, facilitar a exploração das suas riquezas naturais e a exportação das matérias primas, para abastecer os centros internos do desenvolvimento e o mercado externo.

Com efeito disso, reconfigura-se a organização do espaço amazônico. O padrão de organização do espaço *rio-varzea-floresta* é substituído pelo padrão *estrada-terra-firme-subsolo*, os quais, conforme explica Carlos Gonçalves (2005, p. 79), são “contraditórios entre si, e que estão subjacentes às diferentes paisagens atuais da região”. Para esse autor,

Até a década de 60 foi entorno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocaram para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar à região ao resto do país, protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica. (GONÇALVES, 2005, p. 79).

Nesse enredo, a bacia amazônica era tomada, perversa e desastrosamente por esse modelo, como berço da geração de energia para os mega-projetos, como, principalmente de mineração, que viriam se ancorar nesse porto seguro, chamado

<sup>3</sup> Nesse governo, construiu-se a Rodovia Bernardo Sayão, a Belém-Brasília objetivando implementar a política de integração nacional, como parte desse modelo desenvolvimentista, que gerou profundas transformações na organização espacial da região amazônica (GONÇALVES, 2005, p. 12).

<sup>4</sup> Segundo Armando Filho (1999), nesse contexto, o processo de ocupação da Amazônia pelos grandes empreendimentos apoiados pelo Estado ocorreu em três períodos: **1º Período** de 1966 a 1970; **2º Período** de 1970 a 1974; e o **3º Período** de 1974 a 1978.

Amazônia, reconvertida pela razão do Estado e do grande capital à nova colônia, agora, interna e externamente.

A política de integração preconizada pelos militares criou uma relação colonial interna, na qual a região sudeste, residência do grande capital, tornou-se metrópole de outras regiões do país, aí incluída a Amazônia. Os interesses locais e regionais são sobrepujados pelas novas diretrizes fixadas em instâncias centralizadas. [...] inauguração de uma política de integração nacional elaborada em centros e gabinetes distantes, em escritórios de empresas multinacionais e com prioridades ao grande capital nacional e estrangeiro. Essa política dos projetos megalomaniacos ou faraônicos não levou em conta os interesses da população amazônica, nem tampouco a vocação geográfica dessa região. Sua função essencial era a de captar divisas. (FILHO, 1999, p. 34).

Nesse sentido, redefini-se o papel de colônia dessa região, assegurando ao Brasil, no contexto internacional da divisão do trabalho, sua condição de terceiro-mundo e internamente desenhando um quadro de um *Brasil com vários brasis*, mais para justificar suas disparidades regionais e espaciais do que para assegurar e valorar sua ampla e vistosa diversidade socioespacial e ambiental.

No Sudeste do Estado do Pará, no município de Tucuruí, é construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no Rio Tocantins (**ver foto abaixo**). Conforme Documentos do Movimento dos Atingidos por Barragem, em 1978, “sem quaisquer informações acerca do projeto, as famílias a serem ATINGIDAS começaram a ser cadastradas para fins de indenização pela Eletronorte, empresa responsável pela obra” (MAB, PARTE I, p. 02).<sup>5</sup>

Localização da UHT e do Reservatório de Tucuruí



Fonte: Plano Diretor do Município de Tucuruí



Hidrelétrica de Tucuruí-PA

Na conversa com uma das lideranças do MAB, ele explica e reafirma que, além da não informação dada pela empresa responsável às populações locais sobre a obra, impediu-se, também, a população da área a ser atingida de dar continuidade às suas atividades produtivas e/ou criarem novas atividades.

*Logo que a Eletronorte começou a fazer os estudos para construção da barragem da hidrelétrica de Tucuruí, em 1974, ela já começou fazendo o levantamento das famílias atingidas e impedindo que essas famílias fossem trabalhar, plantando, fazendo novas atividades, porque idéia é que fosse feito da terra dessas pessoas objeto de indenização. Parou-se tudo aí (CABOCLO).*

<sup>5</sup> Conforme o transcurso histórico traçado pela Eletronorte, no ano de 1974, baixa-se o decreto autorizando a construção da UHT. Em 1975, têm início as obras. Em 1984, é realizado enchimento do reservatório (lago artificial). Neste mesmo ano, entra em operação a 1ª unidade da UHT.

Porãnga é filha de pescador, residente atualmente na cidade de Tucuruí, nasceu à margem do Rio Tocantins, em Ipixuna, um dos municípios inundados pela barragem (dentre as cidades inundadas, a CPI das Barragens cita: Jacundá e Ipixuna). Ela, ao tomar a experiência de sua família, relata que a mesma foi induzida e enganada para vender suas terras pelo oportunismo dos poderosos, interessados na barragem. Aproveitaram-se, diz ela, das péssimas condições socioeconômicas das populações locais, da sua condição de analfabetos e de seu desejo em ir para cidade em busca de vida melhor, para convencê-las a vender as suas terras.

*Na época prometeram tanta coisa! Para quem não tinha nada de dinheiro e quem queria ir para cidade, pensando em uma vida melhor, não pensou duas vezes em vender suas terras. Venderam! Mas, quando foram pegar o prometido, cadê? A terra que prometeram não estava nem marcada muito menos roçada, como fizeram na propaganda. E o dinheiro? Esse foi uma ilusão. Além de muitos não receberem a indenização, os que receberam, receberam um valor que nunca paga por aquela terra. Foi uma enganação, porque se aproveitaram da condição de analfabeto, das condições de pobreza e do apoio que tinham dos grandes poderosos (PORÃNGA).*

A CPI das Barragens (1991, p. 05), nas suas investigações sobre a barragem de Tucuruí, assinala:

A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí se constituiu num abuso de poder do Governo Federal que a projetou e a construiu sem ouvir sua população, além de realizar estudos precários sobre o Impacto Ambiental na área de influência da barragem.

Essa barragem, conforme esse mesmo documento do Movimento, inundou uma área de 2.830 km<sup>2</sup> e remanejou mais de 25.000 pessoas, atingido sete municípios à montante<sup>6</sup> da barragem e mais outros à jusante dela. A despeito disso, Caboclo relata que, conforme dados oficiais, foram atingidas 5.700 famílias, mas acredita que esse número seja bem maior. Ademais, adverte para a importância do reconhecimento das populações à jusante da barragem serem reconhecidas como atingidas.

*A barragem de Tucuruí atingiu 5.700 famílias! Esse é o número dado pela empresa. A gente acredita que é muito maior o número de famílias atingidas. A minha família é uma delas não reconhecida. São 2.800 quilômetros de lago. Foram sete municípios atingidos diretamente: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Novo Repartimento, Ipixuna e Cametá. (...) É importante considerar, ainda, os municípios que estão localizados na jusante da barragem, que foram atingidos, também, como: Mocajuba, Baião, Igarapé Miri, que foram reconhecidos no governo atual [federal] como atingidos. (CABOCLO).*

Em relação a essas populações da jusante atingidas, Jacó, integrante do Movimento em Tucuruí, relata:

*Eu não fui atingido diretamente, mas indiretamente fui atingido, porque na época eu não morava aqui [em Tucuruí], eu morava na jusante. Ai o que acontece? No ano passado, foi feita uma pesquisa aqui e nós estamos com 38 espécies de peixe que não existem mais pra jusante pelo fato de ter fechado aqui [em Tucuruí, à montante]. O que ficou pro lado de baixo [à jusante] subiram. Ai fica nesse pedaço ai. Quando a água seca, o povo está sem comer, sem jeito pra sobreviver, pega o peixe, acaba. Hoje, 38*

<sup>6</sup> Montante fica a cima da barragem da UHT, onde se localiza o grande lago artificial, criado com, a construção da barragem. A jusante fica abaixo da barragem, parte que ficou mais seca a partir da construção dessa barragem.

*espécies de peixe não existem mais pra jusante. Quer dizer, foi atingido! Não diretamente, porque eu não perdi o que foi pro fundo, mas ficou no seco. Ai o prejuízo aumentou. Porque, a gente tinha nossa lavoura pra lá [jusante], meu pai tinha muita lavoura, no momento em que foi fechado aqui, a água não cresceu mais pra lá como era, ai começou a falhar o peixe, os grandes açaizal que tinham, que faziam parte do rio, das baixadas [várzea], foram morrendo, foi ficando pra cima da terra. Banana que era muito plantio, que tinha na beira d'água foi ficando no seco, acabando tudo. E daí por diante. Se for pensar o que deu de prejuízo, pra cá, pra jusante no caso, eu fui atingido indiretamente pela barragem.*

Dentre as populações atingidas, estavam (estão, ainda), como registra Negra, integrante do MAB na região,

*As comunidades quilombolas, que só vieram a ser reconhecidas como atingidas há pouco tempo. Era o pessoal da jusante, abaixo do rio, abaixo da hidrelétrica. Foram ainda atingidas comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas, pescadores.*

Para Negra, essas populações “foram arrancadas de suas terras, expulsas e seduzidas com a promessa de emprego e melhor qualidade de vida para onde iam ser deslocadas”. Seu Xavante, pescador da região, explica que os técnicos e as autoridades chegavam às comunidades para conversar com a população local, prometiam que a barragem viria trazer “desenvolvimento, trabalho, renda e melhor condição de vida para as populações”. Diziam que para onde elas iriam ser remanejadas chegaria energia. Ele diz que foi “tudo ilusão e tristeza! A gente vivia bem melhor antes, onde a gente tava, na nossa terra, à beira do nosso rio, pescando, comendo, vivendo”:

*Os técnicos e as autoridades, que chegavam na nossa comunidade pra conversar com a gente. Eles diziam e prometiam que a barragem ia trazer desenvolvimento, trabalho, renda e melhor condição de vida pra gente. Dizia que pra onde a gente ia ser remanejado ia chegar energia. Tudo ilusão e tristeza! A gente vivia bem melhor antes, onde a gente tava, na nossa terra, à beira do nosso rio, pescando, comendo, vivendo (XAVANTE).*

Para Negra, isso representou “o rompimento da vida de todo esse povo que perdeu sua terra, sua sobrevivência, suas raízes, suas culturas, suas histórias de vida. Tinha tudo isso por lá, agora eles não têm mais nada disso. 70% da população não receberam indenização”.

No tocante a essa problemática, seu Lavrador, originário e morador da região, explica que muitas pessoas foram “forçadas” a deixar as suas terras sob ameaça. Ele explica e afirma que essas pessoas foram “expulsas, expropriadas” tanto de suas terras, quanto de suas origens.

*(...) quantas pessoas não foram forçadas a deixar suas terras? Muitas pessoas que estavam resistindo foram ameaçadas. Por isso, que a gente diz que elas foram expulsas e expropriadas das suas terras, das suas origens, onde seus pais, avós e outros antepassados nasceram, cresceram e morreram.*

É importante considerar, como alerta e ensina Negra e seu Lavrador, que a expulsão e expropriação das populações de suas terras estão diretamente vinculadas, também, as suas origens, o que implica um desenraizamento histórico-cultural, visto que desses povos, não são somente saqueados e depredados indevida e brutalmente seus bens materiais, a terra em si e por si, mas o jeito de está sendo dessas populações na sua relação com e na terra, com esses diversos ecossistemas, seus rituais, seus valores, seus conhecimentos, o

seu modo de *produzir-e-existir e cuidar* (BOFF, 2004). Por isso, falar da desestruturação dos modos de vida dessas populações atingidas, que têm todo o direito de lutar pela sua terra, a fim de que possam resgatar o seu sentido de existir, rememorando sua história, rompendo, como adverte Hobsbawm (1998), com o *presenteísmo*, que rouba a história, as raízes, a memória.

Aqui reside a compreensão do processo de “desterritorialização”, isto é, de exclusão e de perda do território dessas populações atingidas mais diretamente pela barragem, que foram expulsas e expropriadas de suas terras. A perda de seus territórios, primeiro, não pode deixar de ser concebida dentro de um processo contraditório e conflituoso de interesses no seio da sociedade (FERNANDES, 2004, 2006). Segundo, essa exclusão e perda do território ou expulsão e perda da terra precisa ser entendida na unidade indissociável e dialética entre o material e o simbólico-cultural, posto que a terra, a água, a floresta de onde e onde se produzem os produtos e bens de consumo e comércio para sua reprodução social e humana de existência, também, produzem-se e reproduzem saberes, culturas, identidades; transmitem-se tradições, valores e costumes que conformam a sua organização histórico-social e cultural como povos, grupos sociais.

Por isso, essa exclusão ou perda e expulsão da terra dessas populações precisa ser compreendida de forma mais alargada e complexa, para além da terra ou território em seu sentido físico, natural ou material mecanicista. Como explica Negra, isso representou “o rompimento da vida de todo esse povo que perdeu sua terra, sua sobrevivência, suas raízes, suas culturas, suas histórias de vida”.

No tocante a essas populações atingidas pela barragem da UHT, a CPI das Barragens (CPI, 1991, p. 11) aponta que

(...) a população atingida vivia de atividades agroextrativistas. Combinavam agricultura de subsistência com o extrativismo pesqueiro e florestal. Os critérios não levaram em conta essa relação. Apenas a área de terra a ser entregue a cada família parece ter sido critério que os dirigentes dos órgãos governamentais e da Eletronorte levaram em conta nesse remanejamento.

Essa constatação da CPI das Barragens sugere e reforça a tese de que o espaço rural, dentro dessa lógica desenvolvimentista, foi reduzido à agricultura ou à agropecuária, desconsiderando as multiculturas produtivas desenvolvidas no espaço rural brasileiro e, particularmente amazônico pelas suas populações rurais locais, o que caracteriza a complexidade e diversidade desse espaço e o desafio para as políticas públicas de desenvolvimento rural superarem esse reducionismo agrícola e setorial (ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2004). Antônio C. Diegues (1999, p. 55), em seu estudo sobre o impacto dessa barragem, afirma e defende:

A instalação desse projeto alterou profundamente o modo de vida dos habitantes dessa área, principalmente por terem incluído em seu cotidiano outras formas de relacionamento com os novos atores que chegavam à região: as grandes empresas, particularmente a Eletronorte.

A minha defesa é de que esse modelo e política energética, fundado nessa racionalidade e lógica produtivista capitalista, gera e produz a desestruturação dos modos de vida e de trabalho dessas populações, que, além de “inundar” sua memória, seus saberes, suas atividades próprias e seculares de produzir o território, produzindo-se, nele e com ele, sua existência individual e coletiva, material e simbólico-cultural, “inunda”, também, uma “economia invisível”, que se faz, historicamente, na contramão da economia de mercado dominante, isto é, ela é colaborativa, coletiva, solidária, familiar, comunitária, respeita a natureza e dela é indissociável. Essa “economia invisível”, que emerge de um *abismo-primido*, de baixo, e é “inundada por e pelos de cima”, tem seus limites – que são grandes –, mas apresenta possibilidades para se reinventar novas territorialidades, lógicas

de desenvolvimento e formas de sociabilidades alternativas à hegemônica. Isso foi e está sendo destruído pela e para imposição dessa lógica de mercado, que vem intensificando a exclusão dessas populações do campo na região amazônica, expressa em territórios cada vez mais precarizados para a sobrevivência e convivência humana e social.

À luz da perspectiva que desenha uma geografia material e simbólica da contradição e do conflito sócio-espacial, a desterritorialização, segundo Rogério Haesbaert (2004), resume-se, de fato, na “territorialização precária”, que expressa a exclusão de um conjunto de pessoas e grupos sociais produzida e recriada por essa sociedade perversa capitalista.<sup>7</sup>

Essa desterritorialização ou precarização do território ou, ainda, a exclusão dessas populações atingidas se expressa de forma mais explícita e trágica ao se tomar como base as condições de vida e trabalho a que foram subordinadas e relegadas essas populações nos locais para onde foram assentadas.

Caboclo relata:

*Onde eles botaram [o governo, a empresa Eletronorte] o pessoal, as famílias que eles tiraram, pra fazer novo assentamento de Parakanã, ninguém demorou lá um mês. Pra se jantar ou pra se almoçar, era um batendo e o outro comendo. Era uma fila, um atrás do outro, e a muriçoca (mosquito) ferruando. A proliferação de mosquito foi absurda. Está lá, ainda, na área [Parakanã]. É só conversar com os moradores, porque depois de muito tempo voltaram, porque não tinham outra alternativa, que eles vão dizer qual é a proliferação de mosquito.*

Porãnga explica que essas pessoas atingidas, além de serem enganadas, ficaram mais empobrecidas, haja vista que antes da construção da barragem, mesmo com grandes dificuldades, as terras dessas populações produziam muito: plantavam, pescavam em abundância. Com a barragem, parte grandiosa dos recursos naturais é destruída, desestruturando os modos de vida dessas populações atingidas, forçando-as a migrar para cidade, onde passavam a “mendigar”.

*Foi só prejuízo, porque as pessoas pobres que venderam suas terras, ficaram mais pobres, passaram a mendigar nas cidades; e a destruição da natureza. Essas pessoas viviam dela: da pesca, da plantação, da fruta. Ai elas foram sentir o quanto elas tinham perdido. Antes da construção dessa hidrelétrica, essas terras produziam muito, era uma enormidade de frutas, as pessoas pescavam em abundância nesse riozão do Tocantins. Elas tinham outras necessidades, como até hoje a gente tem, mas comida? Comida a gente tinha a vontade, e vendia o que sobrava, para comprar o que a gente precisava. Essas terras não sei nem se tinham algum valor, que pudessem comprar!*

Nos estudos de Edna Castro e Rosa Acevedo (1989 *apud* DIEGUES, 1999, p. 57) destaca-se a seguinte narrativa, cujo conteúdo exprime as condições de vida e de trabalho antes e depois da construção da barragem.

*Lá era o seguinte: nós vivia no nosso terreno, lá no Breu Branco. Nós tinha casa no centro, tinha casa na rua, tinha sítio no centro e tinha rua. Lá pra nós o peixe era farto, a caça era fácil, a vida era outra. A terra lá dava do feijão à melancia. Maxixe e tudo que a gente precisasse. Mas aqui a gente planta feijão, a banana, seja o que for, e dum jeito num dá... pra gente comer aqui tem que comprar um quilo de feijão, um quilo de peixe e é na cidade. (Mojú, Gleba 6, Lote 5, na PA-263).*

<sup>7</sup> Costa (2004), ao analisar o conceito de *desterritorialização*, identifica várias noções de *território*. Essas abordagens são: político-ideológica; materialista; idealista; e filosófica. Ele aponta duas possibilidades de compreender a desterritorialidade: uma hegemônica; e outra dos subordinados.

Essas autoras relatam que

Longe das facilidades proporcionadas pela cultura do rio, quando supria a dieta alimentar com a pesca, frutas e plantações da roça, a primeira parcela de famílias deslocadas, no loteamento do Mojú (PA-263), enfrentou terrenos de solos inférteis e secos. Isso significou, nos primeiros anos, o suprimento de sua necessidade alimentar pela compra de bens antes acessíveis como farinha, peixe e frutas; o abandono de tradições no uso de plantas medicinais, anteriormente de fácil acesso, enfim, investir tempo e energia para criar um novo habitat de vida e trabalho. (CASTRO *et al*, 1989 *apud* DIEGUES, 1999, p. 56).

Isso se constitui numa espécie de “aglomerados de exclusão”. No que tange isso, Costa (2004, p. 313) explica que essa expressão traduz:

A dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de desterritorialização – ou de territorialização precária – a que estamos nos referindo. [...] O termo aglomerado serve assim tanto para definir conjuntos, agrupamentos em geral traços de onde provêm concepções como as de aglomeração humanas ou urbanas [deve-se acrescentar rural – *grifos do autor*], quanto para significar amontoamento, um tipo de agrupamento em que os elementos estão ajuntados confusamente. Esta é, aproximadamente, a noção aqui proposta para aglomerados de exclusão, espécie de amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão (COSTA, 2004, p. 148).

É relevante, contudo, reconhecer nos depoimentos acima uma releitura, redescoberta e valor do lugar anterior, que mostra e evidencia um sentimento de pertença e reconhecimento de seus territórios – o rio, os igarapés, a mata, o quintal, as lendas –, e que se expressam como lembrança do lugar, assumindo o *trabalho* caráter e papel fundamental nesse processo (DIEGUES, 1999, p. 58). Em relação a isso, Diegues assinala:

A memória alimenta as continuidades e religa o passado a esse presente que está sendo reconstruído. A relação mais estreita com a natureza, com as particularidades da mata, certamente inspira as lendas, como a dos botos, da matinta pereira ou outras formas pelas quais a magia que a floresta encerra se manifesta. Essa continuidade encontrada no simbólico dessas populações se expressa, sobretudo, na criação e na recriação do grupo pelo trabalho, ao contrário da exterioridade encontrada no trabalho assalariado e tem um caráter intimamente relacionado com o conjunto da vida (1999, p. 58).

No que versa sobre a degradação ecológica causada por essa barragem, a CPI das Barragens evidencia a negligência e o desprezo pelos estudos desses impactos pela Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte – o descumprimento das frágeis leis ambientais do país.

Ressalta-se também que a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte), empresa pública, concessionária da exploração da energia, descumpriu quase que na totalidade o Código de Águas (Decreto nº. 24.643/34), que regulamenta o uso de água no Brasil e, em particular, a energia hidráulica, determinando medidas que garantam seu aproveitamento racional (RELATÓRIO CPI, 1991, p. 05).

Como já mencionado anteriormente, essa barragem inundou uma área de 2.830 km<sup>2</sup>, atingindo municípios à montante e à jusante da barragem. Criou um dos maiores lagos artificiais do mundo, onde estão submersas vidas e vidas. Flora e fauna, com uma riqueza

de diversidade biológica, foram afogadas. Além disso, o solo e clima foram alterados. Toda uma diversa, ampla, rica e complexa rede ecológica, com múltiplos ecossistemas, foi alterada e comprometida.

Numa de minhas viagens pelo lago de Tucuruí, descrevo:



*Em uma embarcação (uma pequena lancha) do MAB, iniciamos nosso percurso pelo grande lago artificial. É imensidão! Nele, numas áreas mais, outras menos, aparecem quantidades e quantidades de florestas inundadas, árvores de lei (como a castanheira) no do lago. Um pessoas chamam para*



*uma  
meio*



*essas áreas de paliteiro (observar foto ao lado). O piloto da embarcação segue atento, com olhos, permanentemente, atinados para os troncos existentes no lago. Uma das pessoas do MAB, acompanhante da viagem, me diz que tem que ter conhecimento dessa região pra navegar, que é pra não bater, provocar um acidente, principalmente naquelas áreas*

*onde a floresta inundada não aparece. Outra pessoa reforça, explicando: depende da vazante e da enchente do lago. Nesse período, é tempo de enchente. Vai subir muito essa água ainda (ela aponta para uma imensa ponte, que fica sobre o lago, que dá acesso para outros municípios próximos, como Novo Repartimento e Pacajá, e diz que vai chegar até a marca que aparece no extremo superior da ponte), vai beirar uns 20 a 30 metros (abre um sorriso). Dou-me conta de que com essas experiências existenciais dramáticas vividas por esses sujeitos, eles vão reconstruindo seus saberes e práticas como forma de reproduzir suas vidas. Vou observando, também, à margem desse grande lago, as ilhas, que estão sendo rapidamente desmatadas pelas madeireiras e, também, para pastagem. São grandes fazendas, com poucas cabeças de gado. Outras ilhas transformadas em Fundação, como a do treinador de futebol Carlos Luxemburgo. Essas ilhas, diz-me uma pessoa, estão sendo apropriadas por pessoas de grande influência política e poder econômico, o que caracteriza a privatização de territórios. Nessas mesmas ilhas, vemos as pessoas mais pobres trabalharem de caseiro ou zeladora da propriedade, assim, como em outras ilhas observo famílias proprietárias nas piores condições de vida, ainda sem energia. O linhão de Tucuruí passa por cima, mas não atende essas pessoas. Seguimos para ver de perto a UHT e chegar ao Rio Tocantins. Já era tardinha, cinco horas mais ou menos. Nesse percurso, pude ver e sentir mais de perto as áreas de paliteiros.*

*O piloto pára o motor, temos que ir empurrando a embarcação, apoiados nessas árvores-mortas, a de podermos nos deslocar nessa área. Para mim, um encontro com o trágico. Meus olhos rasos d'água e emudecida inscrevem-me o sentimento de tristeza e indignação. Florestas e florestas inundadas,*



*fim  
voz*

*árvores secas desfolhadas formam a paisagem desse grande cemitério, cuja cruz é simbolizada pelas próprias árvores, que somem e aparecem no movimento de vazante e enchente do lago. Penetro meu olhar no lago, observo troncos e troncos, galhos e mais galhos imersos. Pássaros pousam nos restos mortais das árvores. Os mosquitos rodam o local. Continuamos no caminho até chegar a UHT. Segurança e seguranças nessa área. As placas sinalizam o limite de aproximação. É uma imensa, grandiosa obra, é uma grande cortina de concreto. Ainda mais agora com a sua duplicação. Ao seu lado, a grande Eclusa de Tucuruí (observar foto ao lado), por onde vai ser escoada, diz-me um dos acompanhante da viagem, a riqueza das grandes empresas de mineração e de soja, mas eles dizem [empresários e governo] que é uma obra pras populações ribeirinhas!. Bem próximo da UHT,*

*também, uma empresa mineradora Camargo Corrêa, que é abastecida pela Usina e, também, bem próximo, várias comunidades de pessoas com nenhum ou de baixo poder socioeconômico sem energia, conformando uma cartografia (multi)territorial de grandes contradições.*<sup>8</sup>

Diegues informa e desenha um quadro trágico de destruição e irresponsabilidade causado pela UHT:

No reservatório com 212.000 ha foi submergido ainda 2.500.000 m<sup>3</sup> de madeiras nobres motivo de intensas críticas por parte da sociedade regional e nacional ao empreendimento. Para que se possa avaliar melhor, a própria SUDAM, em 1977, analisou a possibilidade de aproveitamento do potencial madeireiro que seria inundado e concluiu pela irracionalidade na administração nesse projeto. Da área de 161.000 ha que esse estudo recobria a SUDAM encontrou um potencial comercializável na ordem de 29.156.396 m<sup>3</sup>. A projeção para o montante de 212.000 ha identifica 42.264.320 m<sup>3</sup> de madeira aproveitável, mais de 8 vezes o volume de madeiras consumidas anualmente pelas indústrias madeireiras no estado do Pará, segundo o IBDF.

A despeito dessa saga ecológica, o Documento do MAB explica:

A produção de energia de fonte hidrelétrica era tida como limpa e barata. Mas, além de toda a destruição social e econômica que causam, as barragens provocam muitos problemas ambientais. Por exemplo, as árvores que permanecem no lago formado pela barragem se decompõem. O apodrecimento do material orgânico forma os paliteiros e emite grande quantidade de gases, como o gás metano e gás carbônico, causadores do efeito estufa (aquecimento global da atmosfera). Foi o que aconteceu nos reservatórios das hidrelétricas já construídas na região amazônica, como Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Samuel (RO) (MAB, 2006, p. 01).

Vale retomar o relato de Jacó, segundo o qual:

*No ano passado, foi feita uma pesquisa aqui e nós estamos com 38 espécies de peixe que não existem mais pra jusante pelo fato de ter fechado aqui [em Tucuruí, à montante]. O que ficou pro lado de baixo [à jusante] subiram. Ai fica nesse pedaço ai. Quando a água seca, o povo está sem comer, sem jeito pra sobreviver, pega o peixe, acaba. Hoje, 38 espécies de peixe não existem mais pra jusante.*

Caboclo relata que até “agente laranja foi colocado pra matar as árvores, porque a empresa contratada pra fazer o desmatamento se envolveu num bolo de corrupção”. Vale considerar, ainda, que esse mega projeto atraiu trabalhadores de vários lugares do país, principalmente da região Nordeste. Além das condições precárias de vida e de trabalho a que essas pessoas foram submetidas e vitimadas, provocaram-se vários problemas socioespaciais no município de ocupação desordenada, favelização, violência, drogadição, prostituição, gerando de forma mais evidente grandes aglomerados de exclusão e espaços de concentração de riqueza, configurando, assim, uma geografia das contradições, da segregação, do *apartheid*.

No tocante a isso, seu Lavrador relata que:

*E a quantidade de gente que essa obra atraiu? As pessoas desempregadas de vários cantos do Brasil se danaram para cá, pra*

<sup>8</sup> A *Cartografia*, numa abordagem territorial relacional e integradora, articula, dialeticamente, as dimensões (social, política, econômica, simbólico-cultural, ambiental, subjetiva e objetiva, material e simbólica) e as escalas (local, regional, nacional e global) possibilitando apreender a totalidade.

*conseguir um trabalho. Esse lugar reuniu um monte de gente, assim como ficou em Marabá (outro município do Estado do Pará), durante a extração de ouro na será pelada. Essa cidade, rapaz, ficou amontoada de gente. Eles (piões-trabalhadores) ficavam amontoados em barracas em condições ruins de trabalho, mais ruim mesmo! Essa obra, rapaz, trouxe muito problema pra cidade: violência, prostituição, droga. Um com riqueza da energia e outro mais pobre.*

Com base nessas considerações, é possível constatar a grandiosidade do impacto produzido por esse mega empreendimento da UHT. Impactos de ordem social, cultural, econômica, política e ambiental. Essa compreensão de impacto transpõe aquela que visualiza somente a questão ambiental ou social. Houve e há, ainda, certo discurso *do e pelo* progresso e *da e pela* modernidade para minimizar e eufemizar tal saga humana e ecológica.

No que se refere a isso, Caboclo adverte que,

*O estudo tem que ser bem amplo. Os problemas ambientais, sociais e culturais que vão ser causados. O problema cultural quase não se leva em conta. As pessoas têm uma relação de vizinhança muito forte e não se vê isso como importante. Eles deslocam as pessoas atingidas: uma vai pro um lado, outra vai pro outro. Eles não consideram os impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos!!! Eles (atingidos) perdem o meio de vida deles, muitas vezes a pesca, a agricultura familiar.*

Ao perguntar o que representa a Barragem de Tucuruí para algumas pessoas do Movimento e da localidade, buscando apreender seu significado para elas, exprimem-se as seguintes representações. Para Floresbela, moradora, hoje, da cidade de Tucuruí, mas nascida à margem do Rio Tocantins, numa comunidade ribeirinha, a UHT representa um “monstro engolidor de gente”. Essa denominação é cunhada simbolicamente para explicar que muitas pessoas, trabalhadoras, morreram no período de construção dessa barragem. Além da morte dessas pessoas, com a inundação de vasta extensão de terras e florestas, através da criação do imenso lago artificial de Tucuruí, animais e plantas morreram, desenhando uma grande paisagem na forma de um “cemitério de vidas inundadas”. Ela explica que, atualmente, muitas pessoas continuam adoecendo e morrendo depois da conclusão dessa obra. A malária é um grande exemplo, que se perpetua forte na região, principalmente nas localidades próximas desse lago.

*Um amigo meu chama para hidrelétrica de mostro engolidor de gente, porque, durante o período de sua construção, morreram muitas pessoas. Além dela ter engolido gente, ela engoliu outras vidas: dos animais, das plantas. Esse lago ele é um cemitério de vidas inundadas. E depois dela pronta, quantas pessoas e outros seres não continuam adoecendo, definhando, morrendo? A malária continua matando, principalmente nessas localidades próximas do lago! (FLORESBELA).*

É importante associar esse relato ao do seu Lavrador, segundo o qual, houve

*(...) a morte de muita gente durante a construção dessa hidrelétrica. Quantas pessoas não morreram na construção dessa Tucuruí? (UHT). Muitos morreram soterrados, mas ninguém das autoridades responsável informava, dava só como desaparecido (que não foi mais trabalhar). A gente sabia, quando a «piazada» (trabalhadores da obra) se reunia para beber.*

Negra, ao se referir ao significado da barragem, assinala que

*A usina só representa milhões para os construtores, para rede celpa que vende energia, pra própria Eletronorte. Um significado muito grande pra eles, pros tubarões, pra esse pessoal que vive desse acumulo de energia que é vendida, inclusive, pra fora do Estado do Pará. Construir as coisas pra eles. Não tem nada de vantagem pro povo. Essas ilhas do entorno do lago, dentro praticamente da barragem, ninguém tem energia, ninguém tem acesso à energia. Quer dizer eles constroem uma barragem para vender energia pros outros estados e o povo que foi atingido não tem acesso a ela. Ela só representa a extração das nossas riquezas daqui. A energia de Tucuruí, a Vale do Rio Doce usa isso pra extrair e exportar os minérios daqui, pra levar a riqueza da Amazônia. Então, pra tirar o que a gente tem ela tem uma representatividade muito grande. Agora, pra ajudar os atingidos? Ajudar a população? Não ajuda em nada!*

A UHT é compreendida tendo um caráter, marcadamente produtivista e mercadológico, posto que está vinculada diretamente aos interesses do grande capital, o que Negra denomina como os grandes, os tubarões. Isso é explicitado pela geopolítica econômica estratégica que esse empreendimento assumiu e assume na região de fornecedora de energia para as grandes empresas nacionais e trans/multinacionais extratoras, produtoras e exportadoras de minério. Isso, entretanto, em detrimento da população local, principalmente daquelas que foram atingidas diretamente. Ademais, existem as comunidades vítimas e marginais nas ilhas que permanecem sem energia, excluídas e vitimadas por esse projeto.

Seu Nestor explica que o “comercial foi feito, dizendo que a energia era pra todos, mas a gente, que está aqui, sabe pra que foi, pra quem, como foi e quais estão sendo os prejuízos sociais e ambientais pra gente e outras pessoas”. Assim, a energia oriunda da Hidrelétrica de Tucuruí passa sobre várias comunidades, mas não atende essas populações. Conforme dados do MAB, somente 2% de propriedades na região Norte possuem energia.<sup>9</sup>

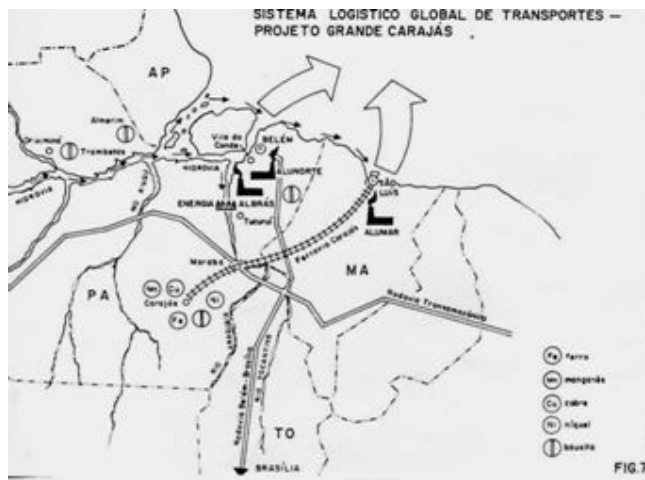
Ao perguntar para Caboclo o que representa para ele a UHT, ele sorri e responde, dizendo: “O pessoal fala que a Usina de Tucuruí é nossa [sorri...]. Não é nossa usina! Nunca foi e nunca vai ser! Ela representa todo mal possível que a gente pode retratar de forma mais completa”, e diz que essa barragem representa a “destruição da Amazônia”.

*O mal que essa barragem fez a 5.700 famílias, que esse é o número dado pela empresa, ao expulsar essas famílias e não dar as condições, é grandioso! A gente acredita que é muito maior o número de famílias atingidas. A minha família é uma delas não reconhecida. São 2.800 quilômetros de lago. Foram sete municípios atingidos. Onde eles botaram [o governo, a empresa Eletronorte] o pessoal, as famílias que eles tiraram, pra fazer novo assentamento de Parakanã, ninguém demorou lá um mês. Vai à beira do lago às seis horas da tarde ou na hora do almoço, deita numa rede, que você vai ver um negócio que se chama de cabo-verde, é um tipo de mutuca, vai ver! Isso agora amenizou muito. Se a gente olhar concretamente a coisa, a riqueza gerada pela ALBRÁS-ALUNORTE, está servindo a quem? A riqueza gerada pela Vale do Rio Doce, está servindo a quem? 5.700 famílias!!! Essas empresas têm responsabilidade por isso. Receberam 20 anos de energia de graça dessa barragem! E ai nós se volta pra isso, pra essas 5.700 famílias que foram largadas! Então, a barragem de Tucuruí representa, pra nós, a destruição da Amazônia!*

A própria porção territorial que esse projeto ocupa possibilita identificar essa estratégia geopolítica e econômica, para atender aos demais Grandes Projetos (BECKER, 1998), principalmente os complexos minero-metalúrgicos, como da Vale do Rio Doce e da

<sup>9</sup> Conforme IBGE (2006, p.144), na região norte, 99,1% de domicílios particulares permanentes urbanos possuem iluminação. No Pará, esse percentual é de 98,9%. Isso, contudo, restringe-se ao espaço urbano dessa região e dessa unidade da federação, não apontando o percentual do espaço rural.

ALBRAS-ALUNORTE, nos municípios de Serra dos Carajás e Barcarena, no Pará, respectivamente – autênticos *enclaves* no seio da Amazônia (ver figura abaixo). Na realidade, esse mega-projeto faz, portanto, parte de uma *rede* complexa e ampla dentro do setor produtivo brasileiro, assumindo papel relevante tanto para produção de energia para esses grandes projetos instalados na região, quanto para exportar energia para outras regiões, atendendo aos interesses do grande capital, prioritariamente estrangeiro.<sup>10</sup>



Fonte: Becker (1998).

Conforme explica Bertha Becker (1998, p. 70):

Os gastos de 5.000.000.000 de dólares, obtidos com financiamentos externos, foram justificados por sua importância para autonomia energética nacional, mas na realidade a função da usina é suprir em energia o complexo metalúrgico, garantindo com tarifas subsidiadas a produção de alumínio nos grandes projetos.

Ao falar da importância da energia para o desenvolvimento da região amazônica, o sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto faz crítica a sua implantação e sua forma de uso, que atende, alienadamente, interesses de fora, desenvolve para fora, sendo um *enclave* na região, reafirmando a condição de colônia da Amazônia. Para ele (1994, p. 116):

É evidente que a tecnologia humana não permite transferir a tecnologia de Tucuruí por 23.000 km sobre o mar para o Japão. Se pudesse, o Japão hoje o faria, não o fez porque é muito mais inteligente, factível, transportar essa energia em forma de lingote de metal.

Ao fazer, ainda, menção sobre a corrupção que escondia essa obra “faraônica”, Pinto (1994, p. 115) explica que:

Nós temos em Tucuruí uma fábrica de silício metálico, da construtora Camargo Corrêa, que foi a responsável pela construção da obra. Essa obra, hidrelétrica de Tucuruí, como vocês sabem, foi construída em nove anos e durante os nove anos ela custou 5,4 bilhões de dólares. Pelos cálculos iniciais de nossos engenheiros, que são peritos em barragens, ela deveria ter custado 2,1 bilhões de dólares. Custou apenas uma vez e meia mais, mas é um erro de cálculo que nós podemos admitir no Brasil. Bom, desses 5,4 bilhões de dólares, 500 milhões de dólares líquidos, tirando todos os

<sup>10</sup> A Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A), que gerencia a UHT, atua num território cuja extensão percentual é da ordem de 58% do território nacional, incluindo as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. A UHT abastece e exporta energia para fora da região Norte.

lucros deles, foram para o bolso do Dr. Sebastião Camargo, dono da Camargo Corrêa. E se vocês forem ler a coleção de “Forbes” e “Furtune”, durante o período de construção de Tucuruí, vocês vão ver que a partir da conclusão da hidrelétrica de Tucuruí o Dr. Sebastião Camargo tornou-se um dos três únicos brasileiros com fortuna pessoal acima de 1 bilhão de dólares. Então essa foi nossa grande contribuição ao ranking internacional dos muito ricos: o Dr. Sebastião Camargo ficou muito rico neste período.<sup>11</sup>

Vale fazer menção a musica, à poética *Toca Tocantins* que faz uma crítica à construção da Usina de Tucuruí, apontando o impacto danoso sobre o Rio Tocantins e às vidas pertencentes a essas águas com a criação do grande lago artificial, que tinha e tem como fim gerar energia, principalmente para essas grandes indústrias mineralógicas, a fim de gerar altos lucros não importando os meios para isso.

Toca Tocantins/Tuas águas para o mar/Os meios não são o fim/  
Porque vão te matar/Quiseram te afogar em águas assassinas/  
E nelas afogar a vida. (CHAVES e DAMOUS, 1991).

Isso revela a marca perversa, excludente e predadora desse modelo de desenvolvimento que se impunha sobre a região amazônica: uma “modernização às avessas”, como defende Violeta Loureiro (2001, p. 47), e como adverte Carlos Gonçalves (2005, p. 13) “mais uma vez o destino da Amazônia era decidido à revelia de seus habitantes, como se fora uma região colonial, vazia de gente (de ‘gente inferior’, como pensam os colonialistas) e somente portadora de recursos naturais, repleta de mitos”.

Isso figura na representação do “Cavalo de Tróia” que foi essa Usina Hidrelétrica de Tucuruí na região, assim como, também, os demais que se instalaram e que se perpetuam na Amazônia enquanto “presente de grego”, recolocando-a na rota do (ne) colonialismo vigente de mercado. Para Diegues (1999, p. 52), “como em outros lugares da Amazônia, também nos municípios de Tucuruí, Jacundá, a busca pelo desenvolvimento incluía a exclusão e o empobrecimento de certos setores da sociedade”, assim como, a *saga* ecológica e social de sua gente.

A água e a energia, portanto, passam a ser transformadas mais intensamente, conforme essa lógica de desenvolvimento de modernização conservadora, em *fetiches*, ou seja, nada mais do que mercadorias. Num de seus Cadernos de Formação, o MAB, contando um pouco de sua história, traz como tema central a “Ditadura contra as populações atingidas por barragem”, denunciando para a sociedade a transformação da água em mero negócio de mercado pelos grandes grupos econômicos e pelo Estado, por isso, a expressão cunhada de *hidronegócio*, já evidenciando essa barbaridade intensificada pelo neoliberalismo, conforme, agora, a ditadura do mercado (MAB, maio, 2004), o que Milton Santos (2001) denomina de “globalitarismo”. É relevante, contudo, considerar que, se de um lado, as Barragens existentes no país, advindas desse modelo de desenvolvimento territorial autoritário, provocaram esse conjunto de impactos, de outro, é preciso dar-lhes um novo sentido, humano e ecológico, assim como caminhar na direção de outro modelo energético e de desenvolvimento.

### **As raízes do MAB na Amazônia: a resistência e a r-existência dos/as “de baixo”**

Em face do quadro socioespacial, político, econômico, cultural e ecológico anteriormente descrito, os condicionantes são criados para mobilização, organização e

<sup>11</sup> Conforme dados da Eletronorte, o concreto utilizado na 1ª etapa [da UHT] daria para construir 1067 edifícios de 12 andares ou 93 estádios do Maracanã. O aço utilizado na construção da UHE daria para construir 19 torres Eiffel ou se as peças fossem emendadas, daria 4 vezes a volta na terra.

insurgência de segmentos sociais populares, principalmente do campo, para iniciar uma resistência e luta em favor das populações atingidas pela barragem da UHT.

Antônio Diegues em seu estudo sobre o Movimento assinala que:

As tensões afloradas pelo processo de desalojamento de seus sítios, em boa parte herdadas pela linhagem familiar, estiveram na base do início da resistência contra o processo expropriatório. Os pequenos produtores se organizaram politicamente, com o intuito de garantir seus direitos ameaçados (DIEGUES, 1999, p. 56).

Ao conversar com uma das lideranças do Movimento na região acerca do surgimento do MAB, ele explica que:

*(...) só depois de iniciada a construção e barrado o rio, é que se começou o movimento dos expropriados pela indenização, lote por lote, casa por casa, que isso terminou não sendo conquistado por eles [pelo movimento]. A luta continua até hoje. Então, naquele momento se criaram comissões no Brasil inteiro onde tinha que se enfrentar a construção de barragem. Aqui, se criou a CATHU, que foi a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí. Ela era conduzida pelo sindicato dos trabalhadores rurais e, também, pela CPT. Através dessas comissões, é que foi surgindo, culminando com a criação do MAB no Brasil e na região (CABOCLO).*

Mais uma vez o papel dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) é colocado na condição de vanguarda para realizar a mobilização e organização dessas populações atingidas em busca da luta pelos seus direitos mínimos e individualizados no momento.

O fato, todavia, de se ter iniciado a mobilização e organização popular após a construção e barragem do Rio Tocantins diferencia sua história da região Sul do país, onde a mobilização e organização popular de resistência à construção das barragens iniciaram-se antes. Isso pode ajudar a explicar a força que o MAB tem nessa última região de uma forma mais consolidada.

Segundo documento do MAB (PARTE I, p. 02), em 1981, com apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais locais, constituiu-se o “Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, que encaminhou a empresa ELETRONORTE e a outras autoridades governamentais suas denúncias e reivindicações”. A partir daí, as mobilizações e pressões passam a ser mais fortes, posto que a organização das populações atingidas ganhava corpo e voz.

Exemplo disso, foram os dois acampamentos que o Movimento fez. Um, em 1982, que, durante três dias, ficaram em frente ao escritório da ELETRONORTE, na cidade de Tucuruí, onde se reuniram 400 pessoas. Nesse momento, o movimento apresentava as seguintes reivindicações: “terra por terra (lotes de 21 alqueires), vila por vila, casa por casa, indenizações justas e ressarcimento pelos prejuízos” (Idem).

O outro foi em abril de 1983, no qual conseguiram mobilizar e reunir 2000 pessoas e quando conseguiram reabrir as negociações com a empresa. Nesse momento, uma Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí foi conversar com a presidência da empresa em Brasília. Enquanto essa Comissão estava em Brasília, o acampamento foi mantido até que se tivesse um acordo, que levasse em consideração as reivindicações do movimento nascente. Nesse sentido, como afirma o documento do Movimento, “A luta pelo cumprimento do acordo passou a ser o objetivo geral do movimento” (Idem).

Não obstante as pressões ganhassem vigor, Diegues (1999, p. 56) afirma que:

*(...) as medidas tomadas pela empresa para assentar essas famílias em outras áreas, definidas pelos órgãos que se ocupavam de terras (INCRA e Iterpa), foram arbitrárias e, por isso, recusadas na maioria pelos agricultores. Como desdobramento, foi constituindo-se um sério campo de*

conflitos. As indenizações, por exemplo, consideradas irrisórias e corroídas pela inflação foram rejeitadas por muitos. Tendo de forma abrupta seus projetos de vida interrompidos, essas famílias experimentaram longos momentos de insegurança devido, sobretudo, a impossibilidade de trabalhar e produzir, dado a instabilidade que envolve um processo de mudança de uma área para outra, agravado pela desigualdade de interesses das partes.

Cabe considerar que a efervescência desse conflito e o vigor do movimento vão-se dando num arrolamento de definhamento do regime ditatorial na sociedade e ascensão e efervescência dos movimentos sociais e organizações populares do campo e da cidade na sociedade brasileira.

A expressividade do movimento viria a se fortalecer com a emergência de novos problemas sofridos pelos atingidos remanejados. Em função de toda má gestão e da negligência da Eletronorte, as conseqüências dos impactos sócio-ambientais advindos da barragem passavam a se evidenciar com mais força.

[...] 600 famílias já reassentadas tiveram suas terras tomadas pelo lago: a ELETRONORTE se equivocou na demarcação das áreas a serem inundadas! Em outra trágica demonstração de irresponsabilidade, a margem esquerda do reservatório, onde havia sido assentada a maioria dos expropriados, foi infestada por uma praga de mosquito até então desconhecida na região (MAB, PARTE I, p. 2,3).

Em 1989, o movimento parece demonstrar ganhar mais força, quando passa a reunir “os expropriados de montante e os atingidos de jusante” da barragem, criando a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), para lutar pelos seus direitos, haja vista as problemáticas decorrentes da má qualidade da água, que atingiram a saúde das populações, suas atividades pesqueiras, precarizando ainda mais suas condições de vida e trabalho.

O movimento ganhou amplitude, articulando-se a outros setores organizados da sociedade na luta pelos direitos de cidadania, em que se inclui o respeito às relações tradicionais de uso mantida com a floresta e com o rio. Fizeram, nessa caminhada, aliança com grupos indígenas atingidos pela barragem de Tucuruí. (DIEGUES, 1999, p. 60).

Essa composição de forças, assumindo os sindicatos de trabalhadores rurais locais força de vanguarda, ampliou a ação do movimento, sua expressividade diante da sociedade e fortalecimento na região, a fim de construir uma força política e social de resistência para reafirmar a luta pelos direitos dos atingidos.

É importante perceber que num primeiro momento esse movimento, assim como os das demais regiões estavam se centrando em reivindicações que se limitavam a requerer terra por terra, vila por vila, indenização, ressarcimento dos prejuízos causados pelas barragens em nível local, sem uma articulação maior, sem uma contestação à matriz política energética e ao modelo de sociedade.

Mas, no curso dessa caminhada, a partir da articulação das comissões em nível nacional, as reivindicações passaram a ser ampliadas para uma contestação ao modelo energético e de sociedade, demonstrando o alargamento da força e da consciência social e política desse sujeito coletivo que vinha emergindo.

Como relata Antenor, a corrente do movimento ia se atrelando e se estendendo, ganhando mais força, embora persistissem as situações limitantes para essa ampliação.

*O nosso sofrimento era muito grande. Ai a gente foi se juntando, foi se juntando, fazendo uma grande união, para lutar por nossos direitos. Ai a gente foi ficando mais forte. Ai o pessoal foi vendo que a gente estava reivindicando e conquistando nossos direitos, começaram a se unir. Mas foi difícil. Ainda é difícil de unir as pessoas para lutar.*



Essas comissões enquanto organizações locais começam a se articular em nível nacional, para construir um projeto nacional, que estaria, também, articulado com um movimento internacional de luta contra as barragens no mundo, defendendo e empunhando como palavra-de-ordem: **Águas para Vida, não para morte!**

Todas as obras acima citadas apresentam dois fatos marcantes: a existência ainda hoje, de organização popular, e como aspecto negativo, todas têm ainda problemas sociais e ambientais pendentes de solução devido à construção das barragens. Nestas obras e nas demais regiões do Brasil, a luta das populações atingidas por barragens que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar com um modelo energético nacional e internacional. Para isso, seria necessário uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil. (MAB, 2002, p. 07).

Com efeito disso, amplia-se a resistência e a insurgência ao modelo de desenvolvimento hegemônico, o que ajudava vislumbrar uma contra-hegemonia e fortalecer em nível nacional, regional e local a idealização e construção de novos caminhos, alternativos ao modelo dominante. Parece que, nesse caminhar do Movimento dos povos atingidos, ele passa a fincar as balizas de um caminhar profundamente político-pedagógico, colocando e pondo novos sujeitos, problemas e temas na cena e na trama dos conflitos na sociedade.

Ao fazer referência ao surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragem na sociedade brasileira, Carlos Gonçalves (2005, p. 159) explica:

A emergência de um forte movimento da sociedade civil no Brasil, e com ele a constituição de múltiplos protagonistas, a partir dos anos setenta e em claro confronto com o regime ditatorial, colocou, para além da questão da redemocratização, uma pluralidade de demandas de diferentes sujeitos sociais que surpreendeu os analistas das ciências sociais.

À medida que o Movimento ampliava suas ações, capacidade de organização, mobilização e luta por seus direitos, expressava, por conseguinte, mais “consciência de suas condições de expropriados e atingidos” e maior organicidade política, para lutar contra as formas de degradação de suas condições de vida e trabalho, contra a degradação da natureza.

Isso traz a idéia de uma identidade e dimensão educativa, que o Movimento vai tecendo e fazendo no movimento de resistência e de luta, nas suas organizações e mobilizações, demonstrando para sociedade outra maneira de agir e de olhar para os Cavalos de Tróia, que davam de “presente” – *presente de colonizador* – à região amazônica<sup>12</sup> e ao Brasil, sob o véu-imaginário do desenvolvimento, da modernização, do progresso capitalista e da racionalidade eurocêntrica.

Nesse caminhar, o **Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB)** nasce concebido como um:

[...] movimento popular, de massa, que visa organizar e mobilizar toda a população atingida ou ameaçada para lutar contra a construção de barragens e pela garantia dos direitos sociais, colaborando com isto para a construção de um novo modelo energético (MAB, 2002, p. 05).

<sup>12</sup> Na região amazônica, foram construídas outras barragens nesse período. Uma delas foi a Hidrelétrica de Balbina, em Manaus, que mais causou impacto ambiental e social. Atualmente, a luta vem se dando contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu.

Gonçalves defende que o MAB conseguiu demarcar um território contraditório ao conceber e colocar, de um lado, os povos como “atingidos” pela política de desenvolvimento do Estado, de outro, como sujeito, “protagonista” de outras propostas e ações. Para esse autor, o Movimento:

Indica a contradição diretamente posta pela ação do Estado como protagonista. As populações se colocam aqui claramente como *atingidas*, ou seja, como aqueles que não foram os destinatários da ação do Estado, ao contrário, foram atingidos pela ação deste. No entanto, ao se constituírem como movimento dos atingidos por barragem colocam-se como sujeitos que, por sua própria ação, desejam ser protagonistas de suas vidas (2005, p. 159).

No tocante a essa contradição que a terminologia atingido encerra, as narrativas a seguir evidenciam bem essa premissa, que carregam junto a representação da identidade desses sujeitos como excluídos e excluídas desse modelo energético e de desenvolvimento, que atinge direta e indiretamente. Ai está expresso, também, um saber crítico da sua condição de atingido e de excluído por esse modelo de desenvolvimento, mas, também, de protagonista sócio-político na sociedade.

*Ser atingido é, além de inundar a terra, tem essa questão do setor energético, da tarifa de energia. Pra quem a barragem estar sendo construída? Quem que paga a conta da barragem? Tem todas essas indagações e acima de tudo isso a cultura do povo (atingido) e de toda suas raízes que ficam em baixo da água. Então, acabam com a vida dessas pessoas (NEGRA).*

*Bom, para mim, atingido é todo aquele que foi direta ou indiretamente atingido pela barragem. Diretamente, são aqueles que perderam suas terras, suas casas, suas roças; e os indiretamente são aqueles que moram nas cidades, que sofrem com o mosquito, com aumento do preço da energia (MARIA).*

*A Amazônia está sendo privatizada! Privatizada, através da construção de barragem, através de concessão pra explorar bauxita. Enfim, a Amazônia está sendo entregue! (CABOCLO).*

No I encontro Nacional dos Atingidos por Barragem (1989), em Goiânia-GO, defini-se como atingido (a):

Todos aqueles [as] que sofrem modificações nas condições de vida, como conseqüência da implantação das Usinas Hidrelétricas, independente de ser atingido direto ou indireto. Atualmente, afirma que além destes, fazem parte do Movimento todos aqueles que assumem a causa dos povos atingidos e lutam pela construção de um novo modelo energético e de sociedade (MAB, 2005, p. 08 e 09).

Nesse sentido, a terminologia atingido imprime tanto a contradição da política do modelo de desenvolvimento do Estado na sociedade brasileira, quanto demarca a práxis político-social, cultural e ecológica de um sujeito coletivo emergente que luta contra esse modelo de desenvolvimento vigente excludente e anti-ecológico.

Ele se caracteriza, ainda, como um movimento que se contrapõe ao modelo neoliberal de sociedade e às políticas do setor energético controladas pelo capital privado, defendendo o controle público desse setor energético com a participação popular (MAB, 2002, p. 05). Assim, no I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragem, em

1991, ocorrido em Brasília-DF, o MAB é instituído oficialmente como “movimento nacional, popular e autônomo” (MAB, 2005, p. 09).<sup>13</sup>

A identidade do MAB é constituída de um conjunto de identidades: Os integrantes do MAB são, em maioria, camponeses, trabalhadores rurais sem terra, meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros, indígenas, quilombolas, pescadores e mineradores (MAB, 2004, p. 08).

Em 1996, em Brasília-DF, ocorre o III Congresso Nacional do MAB. Para o movimento, esse evento teve um caráter de extrema relevância, posto que “definiu que o Movimento passaria a lutar também por um modelo energético com ênfase para as questões sociais e ambientais e pela participação popular na gestão desse setor” (MAB, 2005, p. 09).

E, no ano de 1997, em Curitiba-PR, realizou-se o I encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragem no qual foi elaborada a *Declaração de Curitiba*, que instituí o dia 14 de março como o *Dia internacional de Luta Contra as Barragens*.

Fruto desta articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997, é criada na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de Barragens a nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate, que durou aproximadamente três anos, resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões. (MAB, 2005).

Em novembro de 1999, em Belo Horizonte-MG, o MAB realiza o seu IV Congresso Nacional, no qual é reafirmado o compromisso de:

Lutar contra o modelo capitalista neoliberal e pela construção de um Projeto Popular para o Brasil, que inclua um novo modelo Energético. O Congresso definiu, também, que os grupos de base constituem-se como o principal método de organização dos atingidos (MAB, 2005, p. 09).

Outro fato marcante na história do MAB foi o I encontro Nacional Massivo realizado em 2003, em Brasília-DF. Nele, a partir da identificação das problemáticas de ordem econômica, política, social, cultural e ambiental, sofridas pelos atingidos, definiu-se:

Pela luta em defesa de um projeto socialista para o Brasil integrado a um novo modelo energético, aos valores coletivos e à cultura do campo, pelo fortalecimento do poder popular e pelos direitos dos atingidos (terra, moradia, trabalho, saúde, educação, cultura e meio ambiente) (MAB, 2005, p. 10).

Em 2003, o MAB é retomado na região de Tucuruí. Conflitos internos nas organizações locais fragilizam a luta do Movimento e retardam suas conquistas. Ao mesmo tempo, outras organizações populares, por fora do MAB, se organizam para acompanhar as indenizações das populações atingidas pela duplicação da barragem de Tucuruí com a “cota 74”, que é a elevação do nível do lago, para gerar mais energia.<sup>14</sup>

No tocante a isso, Caboclo relata que:

*Depois de criado o MAB nacional, em 1991, aqui (Tucuruí), ele foi conduzido pelo sindicato dos trabalhadores rurais por uns tempos, uns seis anos, mas deixaram de ter uma ligação direta com o movimento nacional,*

<sup>13</sup> Nesse momento, o movimento decidiu que a sua principal instância deliberativa passava a ser o Congresso, com periodicidade trienal. Com o encerramento do Congresso em 14 de março, essa data ficou deliberada como *Dia Nacional de Luta Contra as Barragens* (MAB, 2005, p. 09).

<sup>14</sup> O dado mais recente sobre a extensão do reservatório da UHT, conforme Pinto (2007, p. 06), aumentou, agora, em mais 5%, passando para 3.007 km<sup>2</sup>. Isto representa 123 km<sup>2</sup> (ou mais de 12 mil hectares, o equivalente aproximadamente a 10 mil campos de futebol).

*pelo movimento (nacional) entender que eles (organizações locais) desviaram dos princípios do Movimento. Com a perda dessa ligação com o movimento nacional, em 2002, houve um trabalho da Eletronorte pra indenizar pessoas que foram atingidas pela cota 74. A cota 74 é a operação da usina no nível do lago na 74, que ela operava na cota de 72 metros. Então, de 72 metros ia subir pra 74. São 74 metros pra poder gerar mais energia. Isso é a altura da água do lago, o que eles (Eletronorte) chamam de “espelho d’água”. Então, fizeram o limite 74 metros. Com isso, 5.900 a 6.000 famílias foram atingidas por esse aumento do nível do lago. Então, uma empresa de Goiânia foi contratada pra fazer o levantamento de famílias atingidas pra Eletronorte indenizar. Então, começamos a acompanhar as indenizações como associação, porque até então o MAB não estava em atividade aqui, isso em fevereiro/março de 2002. Quando entrou o governo Lula, em 2003, houve uma denúncia por parte de um ex-diretor de engenharia da Eletronorte, que era o Daimo, para o MAB (cuja sede é em Brasília) que estava havendo aqui em Tucuruí onda de corrupção nas indenizações. Interessante que era do governo para o movimento a denúncia de corrupção e não do movimento para o governo. Então, o MAB mandou dois representantes aqui para ver o que estava acontecendo. Através da CPT, eles chegaram até nós. Ai nos pediram ajuda pra organizar o movimento aqui pra ver essa questão da 2ª etapa da barragem, que era essa cota 74, e ninguém fez nada! Fizeram? A Eletrobrás indenizou da forma como ela quis as pessoas. E ai é importante entender que pessoas com direito à indenização até hoje ficaram sem receber sua indenização. Então, com o pedido dos integrantes do MAB para organizar o movimento aqui, começamos a organizar os grupos de base em 2003. 15 Março de 2004, se deu a nossa primeira luta local, quando nós ocupamos a península da barragem. Foi a primeira manifestação do MAB.*

No ano de 2004, o MAB realizou a **1ª Marcha Nacional com o lema Águas pela Vida**. Nessa Marcha, reuniram-se pessoas, grupos e povos atingidos de 15 estados federativos. A Marcha durou 15 dias, foi de Goiânia-GO à Brasília-DF. Esse encontro teve como objetivo animar e fortalecer a unidade nacional dos povos atingidos, ampliar as alianças com diversos setores da sociedade, denunciar a problemática social dos povos atingidos. Essa Marcha

Resultou em diversas conquistas junto ao governo federal (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Pesca e Ministério da Educação) e à Eletrobrás nas áreas de crédito (PRONAF), terra, produção de peixes, cestas básicas, educação e formação (MAB, 2005, p. 10).

Nesse contexto, o Movimento dos Povos Atingidos na Amazônia ganha mais força, articulado, agora, além de internamente na região, também, nacionalmente, pautando a luta por outro modelo energético e de desenvolvimento justo, solidário e responsável social e ambientalmente (MAB, 2004).

Para Gonçalves (2005, p. 159), a Amazônia ganhou um lugar de destaque no Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem exatamente pelo significado que a região tem tido no contexto internacional, pelas articulações de interesses inicialmente feitas pelos de “de cima” e “por cima”.

Já salientamos que as instituições multilaterais (BIRD e o BID) foram às principais avalistas da ditadura e dos interesses dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais na construção de infra-estrutura e, neste sentido, foram os principais protagonistas do modelo que tentou se implantar na Amazônia nos últimos vinte/trinta anos. Estes foram os articuladores “por cima”. No entanto, quebrando o privilégio dessas articulações até então feitas exclusivamente “por cima”, “pelos de cima” e “para os de cima”, vimos emergir novas articulações “por baixo”, “pelos de

baixo” e que apontam não só para os interesses dos “de baixo” como para o interesse de todos.

Castro e Acevedo (1989 *apud* DIEGUES, 1999, p. 60), ao fazerem menção à construção da identidade dos povos atingidos do Tocantins, apontam para aprendizagem, a partir da prática política, que move uma pedagogia emergente da luta política:

A construção da identidade dos atingidos por barragem no Tocantins traduz um longo exercício na aprendizagem da prática política, não poucas vezes, pela pedagogia do ensaio e erro. O direito à terra, que ocupam e ao trabalho nela incorporado, encerram os elementos mais imediatos que reforçam os traços políticos, culturais, sobretudo, no reconhecimento de que as conquistas dependem de como serão encaminhadas as ações coletivas. Processo que traduz a própria constituição de sujeitos políticos agindo sobre condições determinadas interna e externamente no seu meio.

Na dinâmica da região amazônica, “emergem vários movimentos sociais que, pelas suas próprias identidades reivindicadas, indicam que novos sujeitos sociais estão entrando em cena, gestando e demarcando, por conseguinte, novas identidades, demandas e novas territorialidades de ‘r-existência’”(GONÇALVES, 2005, p. 130). Dentre esses movimentos de corte popular, o MAB.

São movimentos de r-existência, posto que não só lutam para *resistir* contra os que matam e desmatam, [assassinam os rios] mas por uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar (Idem, p. 130).

Como veremos mais a frente, de maneira mais detalhada, ainda que essas populações atingidas do campo estejam a enfrentar, ainda, fortemente um processo de desterritorialização com ameaça de construção de novas barragens no país e, principalmente na Amazônia, é importante, no entanto, considerar que está em curso um processo de (re)territorialização levado a cabo por um conjunto de movimentos sociais do campo, como MST, MPA, MAB, FETAGRI, MMC, entre outros, que vêm lutando pela reforma agrária, inscrevendo, assim, um novo quadro do campesinato, do território e da questão agrária na sociedade, a partir da produção de novos territórios e de desenvolvimento territorial rural.<sup>15</sup>

Nesse sentido, não há como conceber a desterritorialização como “fim dos territórios”, uma vez que todo processo de desterritorialização implica sua contra-face dialética, a “(re)territorialização”, criação, produção de outros territórios dentro de uma dinâmica de correlações de poder, onde determinados sujeitos, grupos/classes sociais envidam esforços sócio-político-econômicos e culturais para lutar, erigir, engendrar suas territorialidades de acordo com seus interesses e necessidades individuais e/ou coletivos, subjetivos e/ou objetivos, materiais e/ou simbólico-culturais, locais e/ou globais.

Para Costa (2004, p. 32):

(...) defendemos a idéia de que muito do que os autores denominam desterritorialização é, na verdade, uma nova forma de territorialização, a que chamamos de “multiterritorialidade”, um processo concomitante de destruição e construção de territórios, mesclando diferentes modalidades territoriais (como os “territórios-zona” e o “territórios-rede”), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial.

<sup>15</sup> O caso das Usinas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, Estado de Rondônia, que fazem parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal, exprimem o contencioso sócio-ambiental na sociedade, assim como Belo Monte, no Pará.

Com efeito disso, é importante capturar o papel pedagógico desse processo de (re) territorialização ou contra-movimento – dessa **pedagogia do movimento** – na conformação desse novo cenário que se apresenta engendrado por esses sujeitos coletivos na sociedade, no caso dessa pesquisa o MAB, e o papel que a educação popular do campo vem assumindo no fortalecimento desse contra-movimento, nessa aspiração à construção de novos caminhos e formas de desenvolvimento rural e sociabilidades alternativas.

Ao lançar, nesse primeiro capítulo de reflexão, o título **Movimento dos Atingidos por Barragem: Um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**, eu o fiz empregando uma análise crítica, para demarcar a contradição da qual, interpreto, seu nascimento, pois à medida que as grandes barragens inundavam vidas, precarizando-as e depredando-as, emergia, nascia daí uma resistência contra a “negação da condição humana”, um movimento de baixo, do *abismo-oprimido*, de gente lutando pela vida, por direitos, por respeito à natureza; hoje, a favor de outro modelo alternativo de energia e de sociedade, que reconheça a necessidade da condição de “ser mais” do ser humano (FREIRE, 1987) e do “cuidar” (BOFF, 2004) na relação umbilical de “zelo” entre ser humano-e-natureza e, portanto, de “r-existir”, ou seja, novas formas de existência (GONÇALVES, 2005).

Ao mencionar a emergência do MAB, Caboclo reconhece a dimensão contraditória da ação do Estado e os condicionantes daí gerados:

*Eu costumo dizer que quem criou o MAB foi o governo. Mas, tu pode me perguntar: mas como o governo? Por não indenizar as pessoas, negar seus direitos, por deixar ao léu e sem nenhuma condição os trabalhadores é que eles se organizaram. Se organizaram! Ai nasceu o MAB, porque as comissões resolviam problemas locais. Então, o MAB acaba levantando e tomando as demandas do Brasil inteiro onde existe construção de barragem.*

Isso possibilita tecer e entrelaçar novos fios para se construir outras relações socioculturais, ético-políticas e pedagógicas entre ser humano e natureza, produzindo novos territórios, formas de desenvolvimento e de educação popular do campo na região amazônica, reproduzindo, por conseguinte, novos padrões de existência e formas de sociabilidades alternativas.

“Fecho”, assim, essa reflexão com a poesia do atingido Antônio José, que tomei como epigrafe no início do artigo, por meio da qual expressa a necessidade de lutar com os companheiros pela terra e por justiça na esperança de conquistar outra terra como aquela que foi afogada por um modelo de desenvolvimento predatório e negador de vidas.

*(...) A lembrança que eu tenho, hoje, é só tristeza e mágoa, a saudade do passado, sei que o tempo não apaga, porque o que eu mais gostava hoje está debaixo d’água, vou lutar por minha terra, que furnas danificou, junto com meus companheiros, irei seja aonde for, quero outra terra igual a que ela nos tirou, queremos toda justiça no processo que parou (...).*

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), janeiro de 2000.
- ALVES FILHO, Armando A. **A Política dos Governos Militares na Amazônia**. In. [et al]. Pontos de História da Amazônia. Volume II. Belém-PA: Produção Independente, 1999.
- \_\_\_\_\_. [et al]. **Pontos de História da Amazônia**. Volume II. Belém-PA: Produção Independente, 1999.
- BECKER, Bertha K. **Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia**. Revista Território, ano IV, nº6, jan/jun. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia**. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

- BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- Brasil. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.
- \_\_\_\_\_. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. CENSO 2000.
- BRITO, Daniel Chaves de et al. **A modernização na era das incertezas: crises e desafios da teoria social**. Artigo, 2002.
- CASTRO, Edna. **Tradição e Modernidade: a propósitos de processos de trabalho na Amazônia**. Novos Cadernos do Núcleo de Altos Estudos Avançados da Amazônia (NAEA). Vol.2, nº 1 – Junho de 1999.
- CASTRO, Josué. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Disponível em: [www.file:///A:/Josue de Castro – desenvolvimento e subdesenvolvimento](http://www.file:///A:/Josue%20de%20Castro%20-%20desenvolvimento%20e%20subdesenvolvimento), Acesso em: 25 de abril de 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador**. In. BRANDÃO, Carlos R. [et al]. (Orgs). **O Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica).
- COSTA, Rogério H. da. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- DIEGUES, Antônio C. **Modelo Econômico e os Modos de Vida: Confrontos e Alternativas no Sul do Pará**. In. (Org). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB, 1999.
- FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. <http://www.desenvolvimentoterritorial.br/textos>. Acesso 30/03/2007.
- \_\_\_\_\_. [et al]. **Ocupações de terra – 2000 – 2005: Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra**. Comunicação apresentada no 14º ENG-AGB. Rio Branco, Acre, 16-21 de junho de 2006.
- \_\_\_\_\_. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. AGRÁRIA, nº. 01, pp. 16-36, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época v. 92).
- Fórum Paraense de Educação do Campo e Desenvolvimento da Amazônia (FPECDA). **Caderno de Textos: contribuições para o debate Por uma Educação do Campo na Amazônia/Pará**. II Seminário Estadual de Educação do Campo. Belém-Pa, junho de 2005.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Circulo do livro, 1974.
- GONÇALVES, Carlos W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. [s.l.: s.n.].
- LOUREIRO, Violeta R. **Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas: a modernidade às avessas**. COSTA, Maria J. J. (Org). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém-Pa: Universidade Federal do Pará, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do Abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MAB. **A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragem**. Coletivo de Educação. Edição 1ª - Brasília-DF: Janeiro de 2005. Caderno Pedagógico.
- \_\_\_\_\_. **A educação no Movimento dos Atingidos por Barragem**. 2ª.ed. Brasília-DF: Agosto de 2004. Caderno de Formação, nº 05.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura contra as populações atingidas por barragem**. Brasília-DF: Maio de 2004. Caderno de Formação, nº 08.
- \_\_\_\_\_. MAB: **Uma história de luta, desafios e conquistas**. São Paulo. Secretaria Nacional do MAB: 2002. Caderno nº 07.
- \_\_\_\_\_. **Uma História de Organização e Luta**. Parte 01. [s.l.: s.n.].
- História do MAB. Disponível em: [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br). Acesso em 25 de abril de 2006.

MONTENEGRO GÓMES, Jorge R. **Desenvolvimento Territorial Rural**: Mudar para que nada mude. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoterritorial.br/textos>. Acesso em: 30 março de 2007.

PINTO, Lúcio F. **A Amazônia entre estruturas desfavoráveis**. D'INCAO, Maria A. [et al]. (Orgs). A Amazônia e a crise de modernização. Belém-Pa: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

**Plano Diretor do Município de Tucuruí**. Prefeitura Municipal de Tucuruí. Tucuruí-PA, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Territorial do Brasil**: do entulho varguista ao Zoneamento Ecológico-Econômico. Texto apresentado na ANPEC dentro do eixo Economia Regional e Economia Agrária. (sem data).

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2004.